

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 21-02-2018.

---

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/18 (Processo nº 0167/18), de autoria de Dr. Thiago; o Projeto de Lei do Legislativo nº 003/18 (Processo nº 0129/18), de autoria de Mônica Leal; o Projeto de Resolução nº 065/17 (Processo nº 3083/17), de autoria de Tarciso Flecha Negra. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Leonardo Maranhão Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, convidando-o a integrar a Mesa dos trabalhos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Rodrigo Maroni. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Leonardo Maranhão Busatto, que se pronunciou sobre a situação financeira do Município. Após, Fernanda Melchionna, Adeli Sell, Cassiá Carpes, Sofia Cavedon, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Marcelo Sgarbossa, João Carlos Nedel, André Carús e Valter Nagelstein pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Ricardo Gomes e Mauro Zacher. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Leonardo Maranhão Busatto. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e vinte e um minutos às dezesseis horas e vinte e dois minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Adeli Sell e Sofia Cavedon. Às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, deixou-se de ingressar na Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 008/17 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 295/17. Durante a Sessão, João Bosco Vaz manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Juvir Costella, deputado estadual. Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Fernanda Melchionna, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein, Mônica Leal e Mauro Pinheiro e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Boa tarde. Registro a presença do Deputado Estadual Juvir Costella, que está aqui nos visitando nesta tarde. Gostaria ainda de registrar que foram substituídas, no plenário, as cadeiras dos Vereadores, salientando que a iniciativa foi da gestão do Ver. Cassio Trogildo.

Convido para compor a Mesa o Sr. Leonardo Maranhão Busatto, Secretário Municipal da Fazenda.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde, Vereadores e Vereadoras. Quero agradecer ao Secretário Leonardo e aos colegas Vereadores por terem me permitido falar aqui antes dos convidados, em especial, ao Ver. Idenir Cecchim, meu grande incentivador da dieta que fiz, e que me falou dois anos atrás: “Vem tratar do tema que Porto Alegre está enfrentando, que é a questão do Hospital Público Veterinário”. Neste sentido é a minha preocupação. Hoje vai ter uma inspeção, e eu quero bater nesta mesma tecla, e aqui não entro como Governo, como não governo, como independente, como qualquer coisa, entro como um protetor de animais que sente a falta de funcionamento do Hospital Público Veterinário. Não poderia, Cecchim, deixar de citar tua fala, lá atrás, quando a Secretaria foi criada, como uma espécie de Finlândia, no meio de um monte de Secretarias, e temos vários Secretários aqui que foram da gestão passada, onde tinham quase cem cargos de CC e houve a doação do hospital. Eu, mesmo apoiando um hospital público, o que me interessa não é a obra, porque essa é uma política do Nordeste, como a do velho ACM, a do Renan Calheiros, aquelas figuras tradicionais da política, que construíam pontes, aterravam ruas, avenidas para se reelegerem. Falo isso, porque fui um dos grandes lutadores para que o hospital funcionasse, mas que tivesse uma gestão para continuar independente. Amanhã ou depois, estou fora da Câmara e a política pública dos animais tem que funcionar. Hoje, não há como se sustentar uma Secretaria que tem oito ou dez funcionários, contando com veterinários e CCs. Quem era a Secretária na gestão passada sabe que tudo ia para a SEDA. Tinham carros de outras secretarias, telefones... Mas o fundamental é que foi levantada uma obra estilo *shopping center*, e hoje terá uma inspeção para ser aberta, e como será sustentada? Para mim, não importa ter uma obra levantada, o tamanho da obra, o cimento, o que foi feito de forma absolutamente desproporcional; para mim, importam as vidas que estão perdendo e não se tem como atender! Todos os dias, temos animais atropelados e não podemos atender, porque não tem aparelho para fazer raio X, para fazer ecografia, e os veterinários têm que se virar fazendo operação sem meios. Tem que ter programa de castração e esse hospital público tem que estar aberto agora! A minha luta é para ele ser aberto e estar funcionando. A obra está *o.k.*, o hospital está *o.k.*, mesmo questionando toda a ideia dele. Mas peço ao Secretário que tenhamos políticas públicas para ter investimento e o hospital estar aberto para atendimento básico aos animais. Não é possível que hoje um animal atropelado, um animal esfaqueado, um animal estuprado, um animal com cinomose, um animal com uma bicheira aberta, como eu peguei hoje de manhã, não tenha para aonde ir. Ou as pessoas gastam R\$ 600,00, R\$

1 mil, R\$ 1,5 mil, R\$ 2 mil, ou não tem para aonde ir. Tem que ter hospital público em todas as cidades.

Hoje eu estive em Canoas, ontem, em Alvorada, que também não têm política pública. Hoje eu venho falar da importância de Porto Alegre ser uma referência, e não ser uma obra, não ter um hospital só de obra, só para inaugurar, não ter um hospital só para inaugurar! Nós não precisamos de obra para inaugurar, nós precisamos salvar vidas, é disto que nós precisamos: salvar vidas! O que tem por trás daqueles olhinhos, das quatro patas são vidas, dor, dor, todos os dias dor! E não tem nada que eu possa fazer de mais importante nesta Câmara de Vereadores do que lutar pela abertura e pelo funcionamento, de forma ideal, do hospital público veterinário, para ser, aí sim, uma referência para todo o País e, talvez, para o mundo.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Hoje temos o comparecimento do Sr. Leonardo Maranhão Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, que abordará assunto relativo à situação financeira do Município.

O Sr. Leonardo Maranhão Busatto está com a palavra.

**O SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO:** Boa tarde. Quero, mais uma vez, agradecer o convite, é uma honra, conheço esta Casa desde que eu era muito novo. Falar do púlpito desta Casa é sempre uma honra, me traz ótimas lembranças. Aceitando o convite que me foi feito para apresentar um pouco do balanço da situação financeira do Município, pretendo fazer uma breve explanação. Esta apresentação ficará à disposição dos Vereadores. Nós esperamos que seja um ano, como foi o de 2017, com muitas questões, muitos debates, e, como eu sempre reforço, eu acho que o mais importante é tentarmos chegar o mais próximo do consenso ou de uma maioria nas questões que são estruturais da cidade de Porto Alegre. Então, farei um breve balanço e apresentarei um pouco das perspectivas para 2018, tentando, nesse tema tão árido como são as finanças, somente ressaltar e destacar os pontos principais.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A primeira questão, é o comparativo das receitas e despesas do Tesouro Municipal e o seu resultado. Em 2016, foram realizados R\$ 399,4 milhões de despesas acima das receitas; em 2017, tivemos uma leve redução para R\$ 331 milhões – este foi o déficit nos recursos do Tesouro. Podemos comprovar que houve uma redução um pouco maior nas despesas totais do que nas receitas. Só para reforçar o que são os R\$ 331 milhões de despesas além das receitas, são despesas que não foram pagas em 2017, mas despesas que ocorreram no ano de 2017. A maior delas foi o 13º salário dos servidores da Administração Centralizada e autarquias. Pudemos disponibilizar uma linha de crédito, que será paga ao longo do ano de 2018, por parte do Executivo, por parte da Prefeitura aos servidores, para que eles pudessem receber o seu 13º salário; e

aqueles que não optaram, já receberam ontem e hoje a primeira parcela do 13º salário, somado ao vale-refeição, às horas extras, fornecedores, alugueis, ou seja, um conjunto de despesas que, infelizmente, como o Município – como já é do conhecimento de todos – não tem receita para cobrir todas as suas despesas, o pagamento teve que ser postergado para o ano de 2018, agravando um pouco mais a situação deste ano. Demonstro um comportamento histórico recente, para demonstrar que essas despesas acima das receitas já vêm, principalmente do ano de 2011, tendo como um componente muito forte dessa situação, que foi aquela crise econômica que abateu o mundo, em 2008 e 2009, refletindo nos entes municipais, estaduais e na própria União, acentuando-se em 2012. Em 2014, tivemos a pior crise da história recente, talvez da história republicana do Brasil, momento em que não houve a possibilidade de reduzir as despesas e as receitas, como demonstra a linha azul, mas as despesas não conseguiram cair na mesma proporção. A despesa pública é muito engessada, como vamos ver, há muitas despesas que não são comprimíveis ou reduzíveis num prazo curto. Quando olhamos os demais órgãos do Município, chamo a atenção para o Previmpa, que é um órgão da previdência capitalizada, com um superávit nos recursos — depois eu explico melhor — de R\$ 303 milhões; o DMAE teve um aumento significativo no superávit, de R\$ 21,9 milhões para R\$ 125 milhões. Aqui cabe ressaltar uma questão superimportante: por que o resultado do DMAE foi de R\$ 21 milhões em 2016? É que o DMAE quitou, antecipadamente, uma dívida para o Município em 2016, de R\$ 140 milhões, e, obviamente, ficou com recurso a menor no seu caixa. Qual é o ponto? Aqui, se o DMAE não houvesse pagado aquele recurso para o Executivo no ano de 2016, o resultado até seria menor, ou seja, na verdade teria uma redução do superávit do DMAE. E os recursos vinculados, que são convênios, transferências federais, operações de crédito, aqueles que a gente não pode pegar para poder pagar gastos correntes, como é o salário dos servidores, também houve uma redução do superávit, ou seja, se gastou mais do que se arrecadou. Como soma esses dois, infelizmente, o Tesouro é deficitário, e os demais recursos que estão ali, como o DMAE e o Previmpa, são superavitários. Lembrando que eu não posso pegar dinheiro do Previmpa, do DMAE, de operação de crédito ou de convênio para pagar outra despesa; esses são recursos que chamamos de vinculados.

Aqui eu chamo a atenção dos senhores, acho uma questão extremamente importante, e eu já antecipo que acho que tem que ser enfrentada por esta Casa e será proposta uma discussão, sobre a questão previdenciária do Município. A questão previdência do Município não é fácil de entender, porque existem dois regimes previdenciários: um chamado repartição simples, dos servidores que entraram até o ano de 2001; e o chamado regime capitalizado. Numa repartição simples, aquele déficit é coberto com tributos, com impostos dos porto-alegrenses, dos brasileiros, dos gaúchos, ou seja, recursos que deixam de ir para outras áreas, como saúde, educação e segurança, e são alocados para pagar o déficit da previdência. Essa despesa teve um acréscimo de 16,3%, ou seja, cresceu muitíssimo mais do que a inflação e muitíssimo mais do que a receita, e esse resultado crescerá ano após ano, até o ano de 2028. Por quê? Porque os servidores novos entram no regime capitalizado, os antigos vão se aposentando, e quem

vai ter que custear essa despesa são os porto-alegrenses, os gaúchos, os brasileiros, até o último servidor desse regime se aposentar, e, posteriormente, vier a falecer, ou seja, a despesa que mais cresce do Município de Porto Alegre, independente de qualquer gestão que se possa fazer hoje, o déficit da previdência, é a aposentadoria. Ou seja, existe um déficit da previdência municipal que infelizmente ou felizmente, dependendo do ponto de vista, em que eu não posso pegar dinheiro do outro regime, que vai muito bem, obrigado, tem mais de R\$ 1,7 bilhão depositados nas contas do Previmpa, para cobrir o déficit da repartição simples.

Esses são alguns números de receitas para mostrarmos como foram as receitas.

Essa tela é ilustrativa, tem todos os dados, mas eu queria passar para a próxima tela onde é mais fácil de verificar. Aqui a gente mostra que os principais tributos municipais tiveram um incremento significativo, como o IPTU e o ISS. O IPTU muito em função da postergação, que houve a postergação da data de pagamento no final de 2016 para 2017, e fez com que as receitas do IPTU de 2017 fossem maiores. O ISS teve um incremento de 3,1% acima da inflação, resultado do combate à sonegação e cobrança de devedores. Mas, infelizmente, como nós veremos, as transferências – e eu somei ali tantos as transferências federais como estaduais – caíram. Ou seja, Porto Alegre faz o seu dever de casa, e já faz há muito tempo, pois a receita própria municipal tem crescido constantemente acima da inflação, porém, nós somos reféns tanto de uma situação econômica que é extremamente grave, como também temos o sistema de repartição de receitas mais injusta deste planeta. Temos um sistema de repartição de receitas que concentra recursos da União e delega as competências para os entes federados, ou seja, é uma Federação ao contrário, não é uma Federação construída de baixo para cima, de cima para baixo. Isso é o retrato de Porto Alegre, mas é da União. Afinal, quem faz segurança, quem faz saúde, quem faz educação é a União ou os Municípios? E o dinheiro fica em Brasília. E a gente sabe por que o dinheiro fica em Brasília, ou seja, infelizmente quando a gente olha ali que somente 34,7% das receitas do Município são receitas próprias e dois terços, 65%, são outras receitas, seja de transferências ou outras receitas do Município, a gente vê que infelizmente por mais esforço que se faça, por maior melhoria na arrecadação, ou redução de despesa que se possa fazer, sem uma reação da economia, e sem a rediscussão do pacto federativo, que concentra recursos em Brasília e delega aos Municípios as migalhas, podemos até ajustar as contas, reduz daqui, reduz dali, mas os serviços públicos continuarão sendo carentes e haverá cada vez mais pressão da sociedade. Os porto-alegrenses não fazem manifestações lá na porta do Presidente da República, eles fazem manifestações ali no Paço Municipal. E não importa de quem seja a competência daquela prestação de serviço público, sempre acaba caindo no colo do Prefeito, e não é só do Prefeito de Porto Alegre, é de todos o prefeito do interior que têm que, todos os dias, lidar com as demandas da população, enquanto que, em Brasília – nós todos sabemos como funciona lá –, o dinheiro fica concentrado.

Algumas ações importantes que cabem destacar da receita municipal: houve um aumento da receita própria de 3,6%, ou seja, nós aumentamos a arrecadação de

receita própria sem nenhum aumento tributário; houve combate à sonegação, operações de estacionamento, a operação Atena, que visou às instituições de ensino superior em ações conjuntas com a Receita Federal. Nós negativamos mais de 93 mil dívidas, negociamos mais de R\$ 21 milhões com devedores, mais de 4 mil protestos, 35 milhões de recursos negociados; o Refis do ISS, que esta Casa aprovou – a quem eu agradeço – possibilitou uma negociação de R\$ 32,8 milhões no Refis. Porto Alegre já era líder de cobranças da dívida ativa do País, nós ampliamos de R\$ 164,4 milhões para R\$ 198 milhões – fruto dessas ações de negativação e protesto. Ou seja, quase 10% de toda a dívida ativa do Município foi cobrada em 2017, é o recorde nacional entre todas as capitais e Estados brasileiros, fruto do trabalho dos servidores da Receita Municipal e da Procuradoria-Geral do Município.

Olhando o lado das despesas, qual foi a única despesa que subiu? Pessoal. Olhando o lado do pessoal, qual foi o principal crescimento do lado da despesa? O déficit da previdência. Ou seja, foram reduzidos gastos de custeio; os gastos de investimento, infelizmente, tiveram que ser reduzidos; a dívida municipal, nos repasses para EPTC e Carris houve uma queda de 33%. Ou seja, no conjunto das despesas municipais, houve uma queda de 2,7%, mas os gastos com pessoal, mesmo que tenha havido corte de cargos em comissão, mesmo que tenha havido limite nos gastos com esses cargos, houve um aumento, tanto de um lado, por causa das aposentadorias, que são crescentes no Município, quanto do outro lado, porque quem pagou o reajuste dos servidores de 2016 foi a gestão do Prefeito Marchezan, porque a maior parte dos aumentos foram conseguidos em dezembro e janeiro de 2017. Então tivemos que arcar com esse custo de mais de 9%, por isso que a única despesa que aumentou foi com pessoal.

Aqui simplesmente são termos gráficos para mostrar que houve, sim, uma redução em todas as despesas naquilo que foi possível.

É muito batido, e a sociedade exige, e a gente sabe que realmente a gente tem que aumentar a eficiência na despesa pública. Nós elencamos um conjunto de despesas das mais variadas de custeio do Município, para demonstrar que em todas elas houve redução. Foram R\$ 245 milhões a menos em 2017, em relação a 2016, seja em contratos terceirizados, material de consumo, energia elétrica, obras, horas extras, veículos, consultoria, locação de imóveis, locação de equipamentos, material permanente, inclusive passagens aéreas, que é um valor pequenininho, foi gasto R\$ 1 milhão em 2016, e nós gastamos R\$ 500 mil, foram 49,5% de redução. Telefonia móvel, diárias – sempre se bate muito em diárias —, houve um redução de 28%. Apesar de serem valores pequenos perante o tamanho do orçamento do Município, que é de R\$ 6 bilhões, estamos falando aqui de R\$ 400 mil. Ou seja, talvez, aquilo que pudesse ter sido feito... Obviamente, é preciso avançar, mas é inegável que houve uma redução nas despesas administráveis do Município de Porto Alegre, aí está a prova.

Diversas ações foram realizadas, algumas muito com o auxílio da Câmara de Vereadores, com projetos que foram aprovados nesta Casa. Aqui tem um amplo conjunto de medidas, o qual acabou gerando esse resultado.

Aqui trazemos um histórico de comportamento até 2017 do gasto com pessoal sobre a receita corrente líquida, em que, nitidamente, desde 2014, também em função da crise que começou a reduzir as receitas, mas também pela inflação que foi muito alta nesse período, aumentou o gasto de pessoal. Se nós seguirmos uma linha de tendência, ao final de 2019, se nós não conseguirmos, seja aumentar a arrecadação, seja reduzir o gasto de pessoal, fatalmente, ultrapassaremos o limite máximo da despesa de pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que, certamente, trará consequências não só para o Prefeito, mas para os servidores.

Aqui uma prestação de contas daqueles percentuais constitucionais de saúde e educação que são obrigatórios o Município realizar. Podemos ver que houve um aumento de mais de um ponto percentual nas despesas com saúde. Mesmo na crise, nós olhamos que as receitas reduziram mais de 4%.

Então, isso aqui é o retrato de que o percentual mínimo constitucional que a Constituição exige para o Município de Porto Alegre, para os Municípios brasileiros, é de 15%.

Os Municípios – e não é o caso de Porto Alegre – gastam muito mais de 20%, simplesmente porque o dinheiro da União e da saúde não vem, há décadas, e os Municípios têm que cobrir essa despesa. Não é à toa que Porto Alegre gastou um valor histórico de 21,59% da sua receita com saúde, um aumento mesmo num cenário de crise.

Educação, a mesma situação: mais de dois pontos percentuais no aumento de gasto de educação, mesmo com uma queda de receita, sendo que o limite constitucional é de 25%, ou seja, em termos de despesa, nós aumentamos o gasto tanto em saúde quanto em educação. Nós podemos discutir a aplicação desses recursos, podemos discutir, inclusive, pacto federativo ou a necessidade das vinculações constitucionais, mas é inegável, esses são dados contábeis da nossa Contadoria-Geral Municipal em relação aos resultados de 2017.

Eu tentei fazer um breve apanhado em relação à situação de 2017, e, certamente, 2018 se avizinha um ano muito similar, afinal nós continuamos num contexto de crise econômica, o desemprego está aí, apesar de a inflação ter reduzido bastante, de o juro estar em patamares historicamente baixos, a gente não vê a reação da economia. Então, hoje a nossa perspectiva não é muito positiva para 2018.

Eu começo com a classificação no novo *rating* de Porto Alegre, da nota atribuída pelo Tesouro Nacional. Aqui são imagens da Internet, ali embaixo tem um *link* pelo qual se pode acessar a classificação de todos os entes subnacionais, inclusive de Porto Alegre, que infelizmente foi rebaixada, a partir da nova metodologia, para nota C. Basta ver ali que o item em vermelho, a nota C, impede o Município de contrair operações de crédito internacional: Banco Mundial, CAF e BID. Estamos tentando reverter a nota seja administrativamente, politicamente, mas o fato é que não é um ente político, não é um ente de Estado, não é o Tribunal de Contas; é o órgão que controla as finanças de todos os entes subnacionais, a Secretaria de Tesouro Nacional, que atribui essa nota, que está na Internet. A gente vai ver que infelizmente Porto Alegre ficou para trás e agora, inegavelmente, foi rotulada como uma Prefeitura

insolvente, incapaz de pagar suas despesas. Também, aquela bússola ali, que parece um velocímetro de carro, mostra exatamente aquele valor definido como gasto de pessoal, 50,8% – já estamos no amarelo indo para o laranja. Conforme eu demonstrei anteriormente, se não fizermos ações tanto do lado da despesa como também da receita, certamente estaremos no vermelho.

Esta Casa aprovou um Orçamento no ano passado com déficit previsto de R\$ 708 milhões. Esse cenário é bastante parecido com o que temos hoje, R\$ 708 milhões são mais de quatro folhas de pagamento, por quê? Porque as despesas, inclusive com aquilo que foi aumentado em educação, saúde, com a própria segurança, são superiores às receitas municipais. Poderemos até ter uma reação da economia, mas o fato é que nós começamos um ano tendo que aumentar receitas ou reduzir despesas em R\$ 708 milhões para honrar os compromissos que estão na Lei Orçamentária Anual. Não é um valor gerencial, não é um valor da Fazenda; é o valor que está na Lei Orçamentária Anual de 2018, aprovado por esta Casa. E no que precisamos avançar? Pelo menos nós estamos colocando para todos os Vereadores. Nós sabemos das dificuldades, mas temos um plano e sabemos o que fazer para resolver a situação financeira do Município. Essa é a nossa posição e a nossa proposta. Nós sabemos que podem ser discutidas, mas sabemos onde queremos seguir. Quais são as medidas necessárias, no nosso entender, no nosso Governo, que, certamente, passarão por esta Casa na discussão no ano de 2018? Uma questão na mudança da estrutura de despesa de pessoal. E aqui eu incluo o conjunto enorme de gratificações, modelos extremamente injustos dentro do próprio Município, em que servidores que fazem as mesmas coisas têm valores diferentes. Isso tem que ser enfrentado. A questão da redução da planta do IPTU, que é um projeto que não é para este Governo, é para a Cidade. As parcerias público-privadas, o Município não investe e não vai ter dinheiro para investir, por muitos anos, se não houver parceiros privados. A respeito de ativos, imóveis, índices construtivos, as empresas públicas, os direitos creditórios que o Município tem, isso tem que ser enfrentado. Nós não podemos ser uma Prefeitura falida cheia de imóveis, nós temos que enfrentar essa questão. A reforma da Previdência municipal, naquilo que for possível, obviamente dentro do escopo municipal, e tratar da Responsabilidade Fiscal, que é fundamental, porque não é uma questão de governo e, sim, uma questão de Estado para o futuro da cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Secretário Busatto, quero trazer algumas considerações sobre a sua apresentação, que acaba sendo um retrato do que o Governo tem insistido no ano de 2017 e tem levado a Cidade a um caos absoluto e a uma agenda recessiva, que tem, por óbvio, gerado mais problemas sociais e, ao mesmo tempo, aprofundado a crise do



Município. Primeiro, uma tentativa sistemática de inflar os números para vender o caos. Assim foi, Secretário, todo o ano de 2017, desde a entrada do Governo Marchezan até agora, os números que o senhor apresentou aqui na Câmara Municipal. O aumento do déficit: foram mais de R\$ 300 milhões que o Marchezan aumentou o déficit, e no ano passado nós fizemos, pela primeira vez na história da Câmara, talvez, uma vinda de ex-Secretários e atuais Secretários, diante da brutalidade e da diferença dos números, quando o Secretário teve que reconhecer que dependia do ponto de vista, entre aspas. E este aumento no déficit justificava inclusive valores de obras que não haviam sido realizadas e empréstimos feitos no caixa único, que é a mesma coisa que a gente pegar um empréstimo da nossa poupança para a nossa conta corrente e vender publicamente como se fosse um empréstimo com bancos, com juros, etc., quando, na verdade, o caixa único pode e deve ser utilizado em casos de crise.

Não significa não reconhecer a questão da crise econômica no Brasil. Eu tenho dito sempre que é óbvio que diminuíram os repasses federais e que o pacto federativo é extremamente injusto com os Municípios; que diminuíram os repasses estaduais, mas isso também é parte de uma receita que o PSDB e que vários governos neoliberais têm desenvolvido no Brasil. O Prefeito e o Secretário reclamam que a União mandou menos recursos para o Município. Mas o Marchezan, quando era Deputado Federal, votou a favor da PEC nº 55, que congelou em 20 anos o repasse de verbas públicas para áreas sociais, para educação, para saúde e para uma série de coisas que estão fazendo falta no gráfico apresentado aqui.

A solução que eles têm para a crise é uma solução global de rebaixamento de salário dos trabalhadores. Está aí a reforma trabalhista e a tentativa de reforma da previdência, que deu água, graças à mobilização dos trabalhadores e, sobretudo, à clareza do povo, que está muito politizado, sim, embora ainda falte uma alternativa política global para unificar as lutas e construir um programa capaz de enfrentar os ataques dos banqueiros e das elites. Mas o povo está muito politizado e muito contra a reforma da previdência, no mesmo País que tem cinco bilionários que controlam a mesma riqueza de cem milhões de pessoas. E a receita do Marchezan e do Secretário, que é parte desta Administração, é aumentar esta desigualdade. Ora, vejam: o Governo vem aqui dizer que, de novo, estamos chegando no limite prudencial com 54%. Todos os documentos do Tribunal de Contas do Estado falam que Porto Alegre tem 46% de comprometimento com a folha, e o que vale é o Tribunal de Contas do Estado. O Sartori, inclusive, não vai... E nós esperamos que não consiga, porque este papo de recuperação fiscal é um escândalo, de uma dívida que passa de R\$ 200 milhões para R\$ 450 milhões daqui a alguns anos, mas não vai conseguir fazer esse pacto perverso com o Estado do Rio Grande do Sul porque infla a folha de pagamento dizendo que o Estado está comprometido com 70% e o Tribunal de Contas sistematicamente desmente o Governo.

O Secretário falou do corte de 30% dos CCs. Secretário, em 1º de janeiro vocês deixaram com 685 CCs, cortaram em 30% — e eu peço a atenção do Secretário, porque a gente não ouve só o que a gente concorda, a gente ouve quem foi eleito pelo povo também para fiscalizar — o número de CCs. A cada mês foi aumentando o

número de CCs e hoje já tem quase 800 de novo. Quase 800 cargos em comissão que fazem com que mais de R\$ 100 milhões sejam gastos por ano com o pagamento dos CCs; e, boa parte, nós sabemos, é um verdadeiro cabide de emprego numa cidade que está numa situação cada vez mais caótica.

O Secretário vem aqui trazer esse caos para justificar a tentativa de retirada de direitos dos servidores, o parcelamento perverso que tem impactos negativos na economia municipal, como o aumento da recessão, a diminuição na venda do comércio, além do aumento de casos muito graves de depressão entre os servidores, e hoje nós recebemos a notícia de mais um suicídio de um servidor do HPS, o que é muito triste, é muito grave e nos deixa a todos de coração partido. Então, nós sabemos que o Governo tenta inflar esses números, e, ao mesmo tempo não usa os recursos do Fundeb.

Eu tenho feito os meus questionamentos desde o ano passado, e o Secretário obviamente não os responde, mas nós temos a convicção de que há uma tentativa de vender o caos para privatizar, para sucatear, para ajustar. E o pessoal está na linha frente na luta contra esses ataques.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

**O SR. ADELI SELL:** Caríssimo Presidente Valter, digno Secretário Busatto, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, se nós pegarmos qualquer nota de dinheiro brasileiro, nós vamos ler “República Federativa do Brasil”. A pergunta que eu faço é: nós temos uma república federativa do Brasil? Não! Nós temos uma república muito mais desfigurativa. Estava tentando ver se alguém tinha uma nota de dólar aí, achei aqui. Não diz nada na nota de um dólar americano, a não ser que é do Federal Reserv Notes dos Estados Unidos da América. Não precisa dizer que lá é uma confederação, ou seja lá o que for, porque a gente sabe que é uma confederação. Os federalistas, Ver. Valter Nagelstein, fizeram um movimento em que os estados, os treze primeiros estados que se reuniram nos Estados Unidos, eram estados confederados. Cada qual manteve a sua autonomia. Não é isso, Ver. Professor Wambert? No Brasil, nós temos, como diz um grande professor, um grande jurista: carnaval tributário. Tem um livro sobre isso, Leonardo, debes conhecer melhor do que todos nós aqui juntos. Nós, no Brasil, temos um carnaval tributário. Tem que mudar! E eu quero perguntar para as senhoras e senhores, se eu passar um abaixo-assinado aqui, eu acho que eu terei 36 assinaturas, Secretário Leonardo, para lhe dar as condições de capitanear em nível nacional uma luta por um novo pacto federativo, uma nova distribuição dos tributos. Quem não assinaria? Manifestem-se! Todos estão de acordo, Leonardo. V.Sa. terá aqui uma carta assinada por 36 Vereadores para que o senhor capitaneie, como outros gaúchos capitanearam, um movimento para que nós tenhamos um mínimo de autonomia e para que nós tenhamos um novo pacto federativo. V. Sa. pode ser o líder. Agora, o senhor tem que pedir licença também ao Sr. Prefeito, aí eu não sei. Aqui eu consultei:

nenhum voto contra. Então o senhor terá condições de fazer essa peleia em nome dos porto-alegrenses, em nome do Rio Grande do Sul, porque nós somos a Capital dos gaúchos e aqui é o tambor do Rio Grande. V. Sa. quer rediscutir a planta de valores? Dê sinal verde. Eu garanto que o Presidente Valter vai assumir de nós criarmos aqui uma comissão especial, fazemos o debate e discutirmos a planta de valores. Algumas mudanças deverão ser feitas. Tal qual está hoje não pode ficar. Ademais, Ver. Ricardo, fizemos alguns debates importantes nos últimos dias sobre a questão da União, dos Estados e dos Municípios e suas devidas competências. O Secretário Busatto quer parceria público-privada, a Câmara votou, e eu fui um dos que vim aqui defender, pois o Lula, quando Presidente, sancionou essa lei em nível federal. Eu já fui visitar Municípios de partidos diferentes, do PT, do PMDB e até do PSDB, aqui em Viamão, para defender. Lá, tinham quatro Vereadores contra, depois, no final, todos votaram favoravelmente. Quer fazer uma pareceria público-privada no Viaduto Otávio Rocha, eu já levantei meus 13 pontos para o Valter, que os levou ao Sr. Prefeito Municipal. Não tem nenhum problema.

A questão da gestão de ativos. Mas que barbaridade, nós estamos discutindo essa questão do DMAE. V. Exas podem fazer um aluguel de ativos. Vamos pegar o Bairro Sarandi, que ontem estava de baixo d'água de novo! Façam um plano do DEP e do DMAE para o Sarandi. Vejam uma empresa que faria as obras, 25 anos, aluguel de ativos. O DMAE, ao longo dos tempos, vai poder pagar esse aluguel de ativos. Não precisa ter outra legislação. O senhor está pregando aqui no deserto. Isso vai mudar! V. Exa. quer fazer algumas coisas? Só não fará se não quiser, pois terá o apoio. Nós queremos colaborar, mas o Governo também tem que se abrir, deixar que a gente colabore. Quero deixar um desafio, para concluir. Gostaria que se fizesse uma reunião com mais tempo na Comissão de Economia Finanças e Orçamento, gostaria de participar de um debate mais amplo sobre as questões que levante aqui, dos federalistas até hoje. Obrigado, Leonardo, pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Quero lembrar que houve uma revolução federalista no Rio Grande do Sul, quando morreram 10% da população do Estado, naquele momento, em 1893.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra

**O SR. CASSIÁ CARPES:** Quero saudar o Presidente desta Casa, Valter Nagelstein, e as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores. Mais uma vez o Secretário vem a esta Casa, e poderá vir quantas vezes quiser, pois a Casa está aberta ao diálogo. Quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo por esse esboço do que foi 2017, que por sinal não era o orçamento deste Governo, ainda era o orçamento do outro governo. Portanto, este ano de 2018 será o orçamento deste Governo, portanto vai ter que agilizar e realizar. O Secretário disse aqui que caíram os investimentos, ou aquilo que veio dos Governos ou principalmente da União, está concentrado, e ele fala a verdade, mas isso

sempre foi assim! Sempre foi assim! A União concentrou prejudicando principalmente os Municípios, não devolvendo aos Municípios aquilo que é de direito, e que aqui é arrecadado. Portanto, nada de novo. Aí tem um objetivo, dizer que a Prefeitura não tem recurso para poder taxar o contribuinte. Lá vem o IPTU de novo! Pode vir quantas vezes quiser aqui, o meu voto não tem jeito de mudar, porque o contribuinte sempre vai pagar. Quantas vezes falamos da reforma tributária. Há quantos anos esperamos a reforma tributária, a reforma previdenciária, a reforma bancária, a reforma política. Nada acontece neste País! Portanto, a Prefeitura tem que tocar seu rumo e fazer conforme o orçamento que tem para 2018 e que foi aprovado por esta Casa. Quando o Secretário diz que esta Casa aprovou o déficit de R\$ 708 milhões, dá a entender que a Casa fez esse rombo. Não, isso é um problema do Governo passado que a Prefeitura e a Câmara têm que aprovar e julgar, seja déficit ou superávit. É tradição na Comissão da Casa. Portanto, vamos deixar claro que é apenas uma disposição.

Por outro lado, Secretário, falando em IPTU, o senhor deve ter feito, como eu fiz, levantamentos na maioria das capitais do Brasil, a maioria não aumentou os impostos, nem com a inflação. São Paulo, que é do próprio partido do Governo, não teve aumento nem da inflação. A maioria das capitais não teve aumento, teve apenas a inflação. Vocês estão perdendo tempo, poderiam já ter feito pela inflação e a Prefeitura teria outro valor para arrecadar. Por que sou contra, Secretário? Porque senão as pessoas ficam dizendo que sou da base, mas sou contra: realmente meu Partido está na base, três Vereadores dos quatro, nos quais me incluo, votaram contra o aumento de IPTU, portanto, não sou somente eu. Parem de dizer que o Cassiá é contra o Governo! O Cassiá é crítico desse Governo que não fez nada até agora! Se não fizer, eu sou crítico; e, se fizer, vou elogiar! Eu não posso tapar o sol com a peneira! Eu fui Secretário de Obras, naquela época tudo era lá, a Secretaria de Obras e a Secretaria de Planejamento Municipal. Depois, os outros Governos fizeram a SMURB, a EdificaPOA, foram tirando poder de uma Secretaria grande.

Secretário, eu sou a favor da regularização dos imóveis na Capital. Vocês querem taxar os mesmos, mas não querem regularizar a situação daqueles que não estão regularizados. Existe muita falta de habite-se na Cidade. Existem construções que não estão na Prefeitura. Se quiser fazer um estudo da regularização para um levantamento da Cidade inteira, contem comigo. No Estado, no Município, apertam um botão lá na Fazenda e saem taxando! Houve funcionários aqui em uma época fazendo comparações dos bairros, fazendo injustiça com o cidadão, comparando um com outro. Claro que têm prédios feitos recentemente — e não sei por que a Prefeitura falhou —, que não pagam IPTU adequado. Acho que a Casa está aberta ao diálogo, mas não se pode pensar que o contribuinte vai pagar para tapar esse rombo que tem na Prefeitura de Porto Alegre.

O Prefeito já está falando da Câmara, mas a Câmara é Legislativo, ela não pode ir a reboque do Prefeito. A Câmara pode ir conforme as aspirações da sociedade, ela é o seu legítimo representante. Portanto, temos que dialogar. Mas uma instituição não vai mandar na outra. É a harmonia dos poderes, mais respeito! É claro que tem que trazer para plenário, mas aprovar? Só se todos votarem a favor. Não! Tem que votar,

não aprovar! Se passar, aqueles que aprovarem vão suprir as circunstâncias para a sociedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiro, eu quero questionar de maneira clara que nós, até o início deste ano, temos do Tribunal de Contas a informação de que o senhor, que a Prefeitura de Porto Alegre, o Prefeito Marchezan insistem em manter sigilo sobre a receita da Prefeitura. O Tribunal de Contas não tem acesso aos dados da receita, porque, em tese, é preciso proteger os contribuintes, as fontes, não sei, não sei as explicações totais. Essa foi a fala do coordenador de fiscalização e supervisão do orçamento da Prefeitura de Porto Alegre. A pergunta é a seguinte: se esse foi o motivo da crise e da demissão do Secretário de Transparência, por que isso é sustentado? Quem vem aqui defender a sua visão, a sua versão sobre as finanças só tem como afirmar que “o Secretário Busatto afirma o seguinte”. Ou seja, é a sua palavra, nós não temos a palavra do Tribunal de Contas sobre relação receita/despesa no Município de Porto Alegre. Inclusive, no dia 20 de dezembro, o Tribunal de Contas tinha recém conseguido uma senha para, presencialmente, acompanhar a despesa. Nem era remoto o acompanhamento, tinha que ir lá na Secretaria da Fazenda, sentar num computador da Secretaria da Fazenda, isso o Tribunal de Contas, não esta Câmara! Então, fica muito difícil para esta Câmara, para este Legislativo, que precisa fiscalizar, acreditar, pura e simplesmente, na palavra de V. Excelência, que, com todas as boas intenções, mas com a sua intenção política apresenta os dados. Dados que são questionáveis, dados, aliás, que são divergentes dos que a gente consegue acessar nas páginas de transparência da Prefeitura. Inclusive, no parecer preliminar do Tribunal de Contas ano passado, as recomendações finais sobre receita e despesa eram transparência, transparência e transparência, porque alguma coisa está sendo escondida, inclusive, dos órgãos que controlam as finanças do Município.

Segundo tema: o tema das receitas próprias. Há um crescimento, e isso demonstra, Secretário, a capacidade de quadro próprio da Prefeitura, a qualidade técnica dos funcionários da Prefeitura. E eu quero afirmar aqui, inclusive, o crescimento no DMAE. Quero afirmar aqui e espero que o Município aprenda que precisa contar e valorizar os seus funcionários próprios. O que aconteceu no ano passado foi um combate permanente ao funcionalismo, um assédio ao funcionalismo municipal, uma dispensa dos funcionários municipais, principalmente no primeiro semestre, quando foi colocado nas mãos de empresas privadas o planejamento da Cidade, o diagnóstico da Cidade, os projetos que aqui entraram. Terceirizados, privatizados e dispensados os funcionários, que são os principais colaboradores e que podem trazer alternativas, seja para a redução de custos, seja para incremento da receita, e está provada no incremento próprio da receita. Mas questiono: o PIB do ano passado – está anunciado hoje nos

jornais – cresceu 1%, e os anúncios para este ano para o crescimento mundial do PIB é mais de 3,8%. A principal razão do crescimento do PIB é o crescimento do agronegócio e o consumo das famílias, e o que afirmávamos aqui e o estudo que foi apresentado durante o ano passado, é que o impacto na redução de renda dos funcionários municipais impacta negativamente na economia da cidade de Porto Alegre. Eu afirmo: a Prefeitura, na sua escolha no ano passado, ajudou a diminuir o crescimento na cidade de Porto Alegre.

Terceiro, o senhor fala que o problema são as gratificações, e não há nenhum projeto que tenha vindo para esta Casa trabalhar a equalização em gratificações; os projetos são outros, são projetos que estão estimulando a aposentadoria dos funcionários. Há dois mil funcionários pedindo aposentadoria em Porto Alegre, aterrorizados pelo Projeto nº 011/17, um projeto que o Governo insiste em votar nesta Casa e tentou votar no final do ano passado. Então, as políticas são, sim, só para piorar, só para desestimular os funcionários, dispensar funcionários e, portanto, piorar a situação.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

**O SR. DR. THIAGO:** Secretário, a primeira questão que quero levantar é que os números apresentados pelo senhor não fecham. Sou cirurgião, mas tenho algum conhecimento dos números. O senhor fala num déficit de R\$ 708 milhões, mas em entrevista no dia 31 de janeiro, o senhor prolatou que o déficit do ano passado foi de R\$ 331 milhões, e houve um aumento substancial em relação a 2016 de R\$ 590 milhões, ou seja, então nós vamos estar no positivo no final do ano. Se o senhor continuar fazendo esse trabalho, nós vamos estar no positivo. Eu quero que o senhor nos explique isso.

Segunda questão: quando é que a Prefeitura vai cobrar efetivamente dos credores? Dos credores! A Prefeitura tem recursos a receber dos principais devedores, pessoas físicas e jurídicas desta Cidade. Quando é que ela vai cobrar, efetivamente, dessas pessoas? Eu acho que esse dever de casa tem que ser feito antes de pensar em aniquilar o principal colaborador, que é o colaborador na iniciativa privada, e que na empresa pública é o servidor público. Antes de aniquilar, de espezinhar, de levar à loucura... Nós tivemos duas situações de suicídio em Porto Alegre, nesses últimos dias, de servidor público. Antes de levar as pessoas ao caos — está levando as pessoas ao caos —, a Prefeitura precisa fazer o seu dever de casa.

Questão do IPTU, Secretário: se o Governo não fosse intransigente, como foi no projeto, cedesse, dialogasse, teria aprovado algumas situações, inclusive com o meu voto contrário, mas teria aprovado nesta Casa. Não aprovou, foi intransigente. Ninguém aqui, de são consciência, inclusive eu, é contrário à revisão das distorções de IPTU. Ninguém é contrário! Agora, querer aumentar 25 no primeiro ano, 35 no primeiro ano para todo mundo, ninguém vai dar um cheque em branco para o Prefeito,

dizendo que ele pode fixar o valor no ano seguinte, da forma que ele quiser. Nós também temos mandato. Nós também representamos, cada um, uma parcela importante da população de Porto Alegre, e isso precisa ser respeitado.

Então, eu lhe peço que possa nos ajudar. O senhor é uma pessoa inteligente, é oriundo de um berço de um outro grande político gaúcho, porto-alegrense, que sempre transitou bem com todos os segmentos, que possa ser o elo, o canal, a ponte que precisa para que a Cidade possa avançar, mas primeiro a Prefeitura precisa fazer o seu dever de casa. Eu quero saber de corte de gastos. Onde está o corte? Por que não terminam com o cargo de secretário adjunto de secretarias que não existem? Nós temos secretarias que não existem e que tem secretário adjunto! Onde está aqui que terminaram com esses cargos? Eu propus aqui, no início, quando foi feita a reforma administrativa, que se esses cargos fossem extintos nós poderíamos abrir uma UPA e custear por ano! Era essa, inclusive, a minha emenda.

Então, Secretário, é importante que nós não joguemos Porto Alegre, em cada fala, para baixo. Assim nós vamos depreciar a Cidade. Nós vamos fazer com que investimentos que viriam para cá sejam afugentados. E V. Exa., com a liderança que tem, tem a possibilidade de ser esse grande elo de ligação, podendo fazer a costura política, administrativa, financeira e jurídica que a Cidade precisa. Mas, em primeiro plano, é fundamental que se cobre daquelas pessoas que devem à Prefeitura. Se isso ocorrer, certamente, a Prefeitura, com esses nomes, inclusive, o que V. Exa. apresentou no dia 31 de janeiro, se isso for feito, isso vai ser revertido. O estado em que se encontram as finanças do Município, que já tem melhorado inclusive pela sua atuação, certamente, poderá melhorar ainda mais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Obrigado, Presidente Valter. Quero aqui saudar a presença do Secretário Leonardo Busatto que comparece hoje a esta Câmara. Quero iniciar a minha fala parabenizando o trabalho que a Secretaria da Fazenda vem fazendo diante das circunstâncias, especialmente o esforço nas arrecadações que tem sido feito, com a cobrança dos tributos já elencados. Porém, faz-se necessário destacar alguns pontos, os quais separei aqui para tecer alguns breves comentários. O primeiro deles diz respeito ao orçamento deste ano, com essa previsão de déficit de R\$ 708 milhões, orçamento que esta Casa aprovou, mas que teve a minha discordância e apontamento durante o debate público, porque acho muito grave ter um orçamento com previsão de déficit e acho que vale a consideração também, a sinalização, na verdade, de certa imprudência, apesar de entender as circunstâncias políticas, em aumentar o orçamento para algumas áreas essenciais, entendo a relevância disso para a população de Porto Alegre, mas entendo também, do ponto de vista financeiro e contábil, a

imprudência de você elevar orçamento sendo que você já está devendo, no final das contas, um projetado de R\$ 708 milhões.

Vale destacar também os repasses para Carris, os quais já vínhamos debatendo há alguns meses nesta Casa. Tivemos recentemente uma republicação do balanço de 2016 da companhia estatal de transportes aqui de Porto Alegre, em que se corrigiu um prejuízo de R\$ 50 milhões para mais de R\$ 70 milhões, o que mostra que o ano de 2018 tende a ser um ano bastante complicado também do ponto de vista do custo que essa estatal representa para o cidadão de Porto Alegre.

A gente tem também uma outra questão bastante relevante que foi apresentada pelo Secretário sobre a despesa de pessoal. Segundo os nossos cálculos, meus e da minha equipe do gabinete, o nosso percentual de despesas com pessoal com relação à receita corrente líquida estaria em 53,31%, imagino que o senhor não considerou a Câmara de Vereadores no cálculo dos apresentado; nós consideramos, e 54% soma um limite de alerta, estamos muito próximos disso. Vimos a projeção que o senhor apresentou a esta Câmara, uma projeção bastante perigosa. E, diante disso, me causa estranheza a fala da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, logo em seguida, em dizer que a Prefeitura está tentando vender um caos financeiro. Ora, se os valores aqui apresentados não representam um caos financeiro, por favor, me introduzam o que significa caos financeiro, porque eu sinceramente não sei o que é senão o que está sendo apresentado aqui. Quase 54% de gastos da receita corrente líquida com pessoal, para mim, é caos financeiro, e acende uma luz vermelha, sim, de que muitas coisas nós vamos precisar fazer, aprovar e ter competência e responsabilidade ao longo deste ano. Vai doer, sim, vai ser complicado, mas precisa ser feito.

E aí no que vai doer e vai ser complicado, eu gostaria de contar com a ajuda da Secretaria da Fazenda para que os esforços da Secretaria, que têm sido muito árduos em conseguir, por exemplo, o aumento da arrecadação do IPTU, sejam direcionados para pressionar o Executivo a liberar, com mais rapidez, o licenciamento de empreendimentos em Porto Alegre. Esta, sim, é uma fonte de arrecadação a partir do desenvolvimento econômico da Cidade, que tanto impede novos empreendimentos, quanto da construção civil que se encontra parada, e a gente tem debatido aqui na Câmara de Vereadores e fora dela sobre esse assunto. Por que a Prefeitura não se esforça mais em agilizar os empreendimentos desta Cidade? Por que a Prefeitura não se esforça mais em fazer com que seja fácil empregar, gerar renda e riqueza e com isso arrecadar mais impostos? Então, esse é um esforço que precisa ser coordenado, e gostaria de contar com a Secretaria da Fazenda para nos ajudar nisso.

Destaco também a questão das parcerias público-privadas previstas para o DMAE, previstas para os parques e praças, tudo muito bem-vindo e tudo para ontem. Precisamos amadurecer o debate político desses temas e é preciso que façamos, que sejam dados esses passos importantes, porque não há condições. Nós já vimos aí que o DMAE não tem condições financeiras de fazer os investimentos necessários pelo seu próprio plano de investimento em infraestrutura para universalizar alguns outros. Então, que se conte, o quanto antes possível, com parcerias público-privadas, uma vez que a Prefeitura não dispõe de recursos para fazer esses investimentos.



E, por último, mas não menos importante, destaco a preocupação com a Previdência Municipal, que é um debate que tivemos no ano passado e que espero que possamos tê-lo de maneira mais aprofundada e séria para tentar direcionar aí uma melhor resolução. Setecentos e setenta e nove milhões de reais de prejuízo, uma conta aí que representa em torno de 10% do orçamento municipal, ela merece toda a nossa atenção e responsabilidade.

Muito obrigado, Secretário, e todos os Vereadores pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas, ao Secretário Busatto, que não se pode negar, não se esconde, seguidamente está aqui na Câmara prestando informações. Mas eu não tenho como não dizer, depois de ter prestado atenção na sua fala, Secretário, que o senhor vem aqui e repete, praticamente, a mesma opinião.

Eu queria aqui fazer um parêntese, acho que o Secretário Busatto foi muito bem escolhido estrategicamente, Vereadores, porque ele é um técnico, portanto, um técnico poderia vir aqui apenas apresentar números, mas ele vem aqui e apresenta uma opinião política sobre os números. E é isso mesmo. Há uma frase nobre na contabilidade que diz que a estatística é você torturar os números até eles confessarem. E o Secretário Busatto faz isso muito bem, ele vem aqui e diz que está fazendo tudo o que é possível ser feito. Eu me lembro, na sua primeira apresentação, no início da legislatura, eu lhe perguntava assim: alguém é a favor de tirar o dinheiro das creches? E óbvio que a resposta não tem como não responder que não. Mas não é essa questão. Primeiro, em entrevista recente, repetiu o seu mantra, dizendo que o Executivo fez a sua parte, agora cabe à Câmara fazer. Acho que o Ver. Cassiá bem colocou aqui a competência de cada um.

Eu quero pegar apenas a primeira lâmina apresentada pelo Secretário Busatto, que disse o seguinte: “Comparativo receita e despesa 2016/2017”. A receita diminuiu 0,69%, portanto, praticamente, não diminuiu; nós temos praticamente a mesma receita comparando com 2016. Vamos pegar a despesa: diminuiu a despesa em apenas 2,03%. Ou seja, o governo que propagandeava o ataque às despesas, o corte de 14 Secretarias, conseguiu reduzir apenas 2,03%. Eu gostaria de ouvir aqui os Vereadores chamados liberais, que adoram falar no ataque à despesa, para eles explicarem o que o seu Governo está fazendo, porque só conseguiu atacar 2,03%. O Ver. Ricardo Gomes está ali, olha, não sei se não é o caso de talvez deixar a base do Governo, que não consegue atacar a despesa como vocês desejam. Por que não ataca as despesas?

O mais simbólico está aqui nos cargos em comissão, nas funções gratificadas, que tanto alardeou: “Vamos reduzir pela metade as Secretarias”, eram 29,

“vamos tirar 14”. Pois bem, em dezembro de 2016, com o Fortunati, tínhamos 669 CCs, agora temos 553! Estou pegando dados do Portal Transparência. Um governo que diz que vai reduzir o tamanho da máquina... Eu nem estou entrando no mérito, estou querendo mostrar a contradição do discurso do próprio governo. Eram 669, acredito que muitos foram demitidos, porque a eleição se deu em outubro, mas vamos pegar os dados: em dezembro de 2016, eram 669; em dezembro do ano passado, 553. Olha, a diferença é de cem cargos em comissão. É esse o governo que ataca as despesas? Em relação às funções gratificadas é pior ainda: 1.924, em dezembro eram 1.807. Acho difícil, nem vou falar aqui da falta de depósito no Fundo da Criança e do Adolescente, na falta da destinação dos recursos, Secretário, do Fundo Municipal do Idoso, a perda de R\$ 134 milhões dos BRTs, ou seja, decisões políticas equivocadas.

Então, pode, sim, apresentar números, mas que bom que o senhor fala em opiniões políticas. Ataca aqui o Previmpa, quer atacar os servidores, sem diálogo, passando por cima inclusive de decisão de parecer do Previmpa. Bom, são inúmeros temas e faltam apenas dez segundos para terminar o meu tempo. Que bom que o senhor veio, mas que pena que mantém a mesma fala, pois há uma espécie de proteção sobre esse manto técnico quando, no fundo, emite, sim, opiniões políticas equivocadas e baseadas na lógica do seu próprio Prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Secretário Busatto, quero agradecer a sua presença aqui para mais uma vez enfatizar aos Vereadores e à sociedade a dificuldade que a Prefeitura está tendo nessa área financeira. Parece que a sociedade custa a entender as dificuldades que tem a Prefeitura, parece que o pessoal não acredita no trabalho que está sendo feito. V. Exa. veio aqui dizendo que, no ano passado, o déficit foi de R\$ 331 milhões e que, antes disso, V. Exa. enviou, para esta Casa, o Orçamento, lá em setembro, com uma previsão de R\$ 708 milhões de déficit. Como as despesas foram reduzidas, o déficit previsto agora, atualizado, para 2018, é de aproximadamente R\$ 500 milhões. V. Exa. falou claramente que temos dificuldades financeiras, e, pelo atraso dos nossos fornecedores, só da área construtiva, a nossa nota na Secretaria do Tesouro Nacional foi rebaixada, não podendo atualmente o Município captar recursos internacionais. Também estamos extremamente preocupados com o déficit da Previdência privada, especialmente na área da repartição simples, de R\$ 779 milhões, que é o déficit atual, sendo que somente as receitas próprias do Município são numa área de 34% e 65% de despesas não próprias, de transferências e de repasses.

Eu entendo que a despesa já foi atacada. Pode-se ainda ter maior efetividade, mas eu acho que nós precisamos realmente aumentar a receita. Já foram dadas várias sugestões. Eu lembro que falei, lá no início do ano, da necessidade de se

adequar o preço dos índices construtivos da construção civil, que são mais elevados do que o preço do terreno, Ver. Mauro Zacher. É extremamente importante colocar isso no valor de mercado para que as empresas sejam estimuladas a empreender em Porto Alegre. Também temos que aumentar a cobrança e a efetividade das receitas próprias, aumentando a quantidade de contribuintes, eliminando algumas isenções, aplicando fortemente a fiscalização, além de aumentar a eficácia da cobrança da dívida ativa. Também precisamos vender os imóveis que não estão sendo utilizados, acelerar a aprovação dos projetos de construção e os projetos de instalação de empresas novas. Também devemos incentivar e acelerar as Parcerias Público-Privadas. Mas, mesmo com estas medidas que levantei aqui, quero que elas sejam levadas com muita inteligência e muito tirocínio.

Porém há um outro componente importante a ser levado em consideração: o uso responsável das verbas públicas, estabelecimento das reais prioridades da sociedade, para que sejam cumpridas à risca. No Orçamento de 2018, há pouco tempo discutido nesta Casa, fui o relator das 147 emendas apresentadas, das quais tive o desprazer de rejeitar a maioria. Eu entendo que nós, Vereadores, também temos muita responsabilidade na solução dessas dificuldades. Nós temos duas posições a tomar, muito sérias, Ver. Idenir Cecchim: ou nós fazemos parte da solução dos problemas ou nós fazemos parte do problema. Temos certeza de que esta Casa faz parte da solução do problema e não faz parte do problema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. André Carús está com a palavra.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Secretário Municipal da Fazenda, Leonardo Busatto, eu vou, aqui, reconhecer que a Prefeitura admitiu duas coisas e mudou um pouco o discurso em relação ao tema das finanças públicas de 2017 para cá em dois aspectos: primeiro, parou de querer achar só os culpados na gestão anterior; também reconhece que não só o Município de Porto Alegre, mas os Municípios brasileiros de um modo geral são vítimas, sim, de uma centralização dos tributos da União, e dois terços daquilo que nós temos que receber a partir dos repasses, sejam federais ou estaduais, estão imersos nessa distorção ou nessa falácia chamada República Federativa do Brasil.

Uma jornalista de um grande veículo de comunicação criticou ontem, pelas redes sociais, dizendo que não entende o que os Vereadores fazem em Brasília, com os Prefeitos, buscando verbas para os seus Municípios. Ela não entende, ela acha que Vereador não precise estar lá, talvez ela entenda que os parlamentos sejam desnecessários. Hoje respondeu para ela um colega do mesmo veículo, indiretamente: os Municípios respondem somente por 18% do bolo tributário brasileiro. E os Vereadores estão em Brasília com os Prefeitos ajudando a segurar o pires, buscando esmola para financiar as políticas públicas que nós não temos, nem aqui e nem em

muitas outras cidades do nosso País. Então esse é o primeiro ponto. Quero aqui reconhecer que a Prefeitura admite também que muito da penúria financeira de Porto Alegre está atrelada a essa crise e não só ao discurso da terra arrasada do Governo anterior. Quem ganha uma eleição não tem que buscar culpados, tem que administrar e fazer gestão. Isso é um grande passo. O segundo, também quero reconhecer que a Prefeitura fez muitos cortes importantes: em telefonia celular, em veículos locados, enfim, um elenco de medidas que o Secretário trouxe aqui. Despesas foram cortadas em grande volume. Esta Câmara, Ver. Nedel, faz parte da busca por soluções, sim, e não tem faltado; dou três exemplos: autorizamos e aprovamos um empréstimo assinado ontem, junto ao Banrisul, de R\$ 120 milhões para concluir as obras da Copa; aprovamos aqui, nas suas duas etapas, a reforma administrativa que resultou, segundo dito aqui pelo Secretário, uma economia de mais de R\$ 500 milhões, bem como redução de gasto público com o corte de 22 secretarias; e também votamos a efetivação do Refis, que hoje já representa quase R\$ 40 milhões em efetivação de negociações com devedores do Município - o Previmpa e outras tantas medidas. Esse corte, a população sentiu um pouquinho na pele, e já que agora a Prefeitura começa a trabalhar com um pouquinho mais de recursos, ela tem que melhorar algumas coisas. Aí não me tirem aqui para crítico irracional, mas reconheçam que os Vereadores são representantes e têm responsabilidade com o papel que lhes foi delegado pelo povo. A FASC hoje é inoperante! Não existe órgão assistencial no Município, não só no que diz respeito aos moradores de rua, porque a população adulta cresceu e muito nos últimos meses. Não é um problema de hoje, mas foi potencializado agora. A assistência social na ponta tem falhado muito, porque os CRASs não funcionam de maneira satisfatória, não interagem mais com a área de educação, e as famílias estão completamente desassistidas na periferia da Cidade. Os buracos completam quatro ou cinco meses. Se a Prefeitura começa a operar um pouco mais no azul, agora, tem de olhar com mais carinho. A Cidade está esburacada, existem demandas represadas, no 156, que sequer foram respondidas, que o serviço não será realizado. Sobre o problema da capina e outros serviços de limpeza e manutenção das praças, felizmente, agora, a Prefeitura anuncia a licitação do contrato. Faltou só dizer que essa licitação foi publicada em 2016 pelo Governo anterior e não tem inovações tão grandes; existem, sim, ativos que já vem desde antes. Enfim, nós reconhecemos que existem avanços, que despesas cortadas e que as receitas estão sendo aumentadas, mas precisamos que a resposta seja mais efetiva em favor do cidadão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Ver.<sup>a</sup> Mônica, que preside os trabalhos neste momento, Secretário Leonardo Busatto, cumprimento V. Exa., Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Eu quero, muito rapidamente, tratar de alguns dados que o Secretário nos trouxe e que acho importante. O primeiro dado, Senhores, trata das transferências que, neste ano, foram muito ruins, especialmente as relativas às partições. Refere aquilo que o Ver. Adeli Sell falava, e eu não havia combinado com ele, mas era o que eu queria falar. Primeira coisa que nós, Vereadores, precisamos pactuar, neste ano de 2018, é a questão do pacto federativo. Não vamos nos esquecer que nós vamos eleger deputados federais, governadores, presidente da República e senadores, que somos aqueles representantes políticos que estão mais perto das necessidades reais da Cidade. Aqui, a cada dia, cresce a demanda por Guarda Municipal. Tem dinheiro para colocar Guarda Municipal na rua? Aqui o Secretário acabou de falar que a Prefeitura aplicou 21,9%, quase 22% em saúde pública. É possível que o cidadão porto-alegrense pague impostos em Porto Alegre, que esses impostos vão para Brasília, que volte uma fração para Porto Alegre e que o Prefeito de Porto Alegre, o Secretário da Fazenda e até o presidente da Câmara ou os Vereadores tenham que ir a Brasília com o pires na mão para pedir que o dinheiro volte para Porto Alegre, dinheiro que é daqui! Em 1893 se levanta o Rio Grande do Sul, antes disso, em 1845, porque o Governo imperial taxou o charque, taxou a cachaça aqui de Santo Antonio da Patrulha porque drenavam a economia do nosso Estado, e hoje a Federação mantém essa lógica patrimonialista, clientelista, de manter apoio político mercê a troca daquilo que é nosso, Janta, que são emendas parlamentares. Mas o cara tem que ir a Brasília para pedir 50 quilômetros de asfalto, para pedir um posto de saúde, se esse dinheiro é nosso? Então a primeira coisa que tem que ser pactuada aqui, independentemente de Partido, PSOL, PT, Podemos, PR, PP, PMDB, qualquer um. É que temos que comprometer àqueles que forem disputar as eleições deste ano com a mudança da pirâmide tributária no nosso País. O primeiro tinha que ser o Município, até porque aqui, Secretário Busatto, é muito mais fácil para encher a galeria e o cidadão controlar o que estamos ganhando, do que distribuir dinheiro do Ministério do Planejamento em Brasília. É o Ministério da Saúde de Brasília que tem que decidir se vai fazer uma creche em Barra do Quaraí. Está errado isso, gente! Essa é a primeira questão que, para além de divergência política aqui, nós como Casa Parlamentar, temos que pactuar. Eu pensei se falava ou não, na função de Presidente, mas não quis me eximir disso, porque acho que é fundamental como nós. Não é uma questão de divergência aqui com quem quer que seja, é uma questão republicana, Ver. Mauro Zacher, e que precisa ser tratada. Aí não vamos estar falando em transferências. Mas falando em transferências, ainda quero crer que a diminuição drástica das transferências, vistas em 2017, vai melhorar em 2018, Ver. Cassiá, porque os indicadores macroeconômicos do País são todos melhores neste ano. Então vai melhorar! Mas continua a lógica, Ver. Paulo Brum, de pedir com o pires na mão em Brasília. Mas vai melhorar.

A questão do IPTU, como presidente da Casa, quero dizer aos senhores, Ver. Cecchim, fui ao Prefeito em janeiro e disse a ele: Prefeito, acho que a Casa quer discutir a questão do IPTU. Mas se o Governo quer discutir, Ver. Moisés, vamos criar

uma comissão especial já! Vamos fazer simulações, vamos lá no Jardim Itu, em Belém Novo, no Cristal, no Jardim Europa que valorizou, e vamos fazer o que o Ver. Camozzato mostrou, uma simulação rua a rua! É do interesse do próprio Governo ver onde estão as injustiças tributárias! E vamos chegar à conclusão de que elas existem. Mas vamos fazer isso com tempo. Estou disposto a ajudar em tudo. Fica essa proposta.

Em relação às gratificações, eu também fico muito feliz, Secretário, que o senhor tenha falado nesse cipoal de gratificações. Acho que temos que mudar isso! Há uma injustiça atroz nisso! Ter para cada área da Secretaria uma gratificação diferente... Não foi no que trabalhamos no ano passado, nós trabalhamos na RDE; então vamos trabalhar, mercê isso que o Secretário nos traz, nas gratificações! Vamos criar esse consenso e vamos tentar criar uma justiça, já que o nosso Prefeito tem falado tanto na justiça tributária, o que é um direito dele, vamos criar a justiça das gratificações. Que todos ganhem! E junto a isso, vamos botar o rendimento por desempenho para valer! Atingiu a meta, fez o licenciamento, ganha! Não fez o licenciamento, não ganha! Porque não adianta tirar do bolso do cidadão para pagar o funcionalismo, se a economia não tem dinheiro para gerar isso! Tem que estar tudo ligado. São essas as pautas positivas que eu queria contribuir.

Mas, mais uma vez, a questão fundamental para nós, como Parlamento e municipalidade, tratei disso com o Presidente da UVB - União dos Vereadores do Brasil, na semana passada, aqui, é que as Câmaras de Vereadores do Brasil precisam se unir, assim como os prefeitos precisam se unir para mudar a lógica do Pacto Federativo e da distribuição dos recursos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Secretário Busatto, concordo plenamente com o Presidente Valter Nagelstein. Acho que a questão do Brasil é uma convergência do mundo político e a questão do Pacto Federativo. Mas eu quero falar principalmente para a senhora e para o senhor, que estão em casa, e para as galerias. Vou pegar um exemplo do dia a dia. Um trabalhador que diz para a sua família que não consegue fazer o que tem que fazer – manter o filho numa escola particular, manter o que a família tinha –, porque não conseguiu reposição salarial, não conseguiu o reajuste, porque o Governo Federal não repôs a inflação, porque não recebe o que teria que ser o salário, de não sei quantos dólares. Acho que não adianta ficarmos só batendo na tecla do salário mínimo. Esse trabalhador recebeu aviso prévio e ficou desempregado há um ano. Ele está há um ano desempregado e diz para a família que a culpa do que está acontecendo em casa é por ele estar desempregado. Aí ele tira o filho do colégio, ele diminui as coisas dentro de

casa, pune a família, mas continua andando com seu carro, continua com a assinatura no seu quarto, de TV a cabo, continua indo tomar a cervejinha com os seus amigos, continua fazendo as suas coisas. Então, não adianta o Governo vir para cá dizer que quer punir o servidor público. Quer punir, quando quer tirar o salário do servidor público, porque, quando tinha que ter tido coragem, o Governo não teve. Quando esta Casa estipulou o teto, o Governo recuou. Quando esta Casa estipulou o teto de R\$ 19 mil, o Governo recuou, e hoje há setores do Município que ganham acima do teto do Estado. Quer punir o professor, querer punir o pessoal que trabalha na saúde, o pessoal que trabalha vendo os documentos na Prefeitura, o pessoal que trabalha na limpeza urbana, que ganha 5, 7 mil reais, não é fazer justiça social. Eu quero ver fazer justiça social tirando as gratificações da Fazenda, tirando a gratificação da PGM; eu quero ver instituir o teto, que esta Casa instituiu, e o Governo arrepiou.

Eu quero ver o Governo fazer a lição de casa, como já disse, pois a redução de despesa ficou somente em 2,3%. Eu quero ver o Governo fazer, realmente, redução de despesa; não fazer uma licitação para a Prefeitura, nos bairros, que passa de R\$ 5 milhões; não fazer uma licitação para lançar um filme no cinema Capitólio; não fazer licitação para *coffee break* na Prefeitura; não o Governo já estar com mais de 800 CCs; não o Governo não fazer a sua lição de casa. É como um chefe de família, demitido, que fica um ano em casa assistindo TV a cabo, tomando cerveja, botando a culpa no seu desemprego, e aí vem para cá querer aumentar impostos! O que é isso? É um novo tempo para a cidade de Porto Alegre? Esse é um velho tempo que a gente vê de Governos cansados; esse é um velho tempo de política velha, que não consegue achar soluções e apresenta sempre a mesma proposta. Então, quero perguntar ao Secretário se os consignados dos servidores públicos ainda estão calculados na planilha de despesas da Prefeitura de Porto Alegre, se terão coragem de realmente mexer no teto, neste ano, principalmente nas gratificações dos grandes salários? E se a Prefeitura pensa, antes de mexer nos salários de quem ganha R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, de quem optou por ser servidor do Município de Porto Alegre e está trabalhando na saúde, na segurança pública, na educação, de fazer um plano de demissão voluntária? Se a Prefeitura realmente pensa em diminuir os 800 CCs que lá se encontram? E se a Prefeitura fará um pacto com esta Câmara de Vereadores, como o nosso Presidente já disse, constituindo uma comissão especial para tratar do IPTU, porque até hoje não nos mostrou a real redução do aumento de impostos? Pelo contrário, tudo que vimos, inclusive o que saiu em reportagens no início do ano em todas as redes de TV em São Paulo, no Paraná, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, onde só houve aumento de impostos com o IPTU. Então, eu queria dizer que nós não estamos brigando com o Prefeito A ou B, não estamos fazendo caça às bruxas; estamos cobrando o que foi prometido na eleição: que seja, de fato, um novo tempo para a cidade de Porto Alegre, não uma enganação ao povo de Porto Alegre e não a velha política de aumentar impostos, punindo a população que mais precisa na cidade de Porto Alegre de atendimento médico, saúde, educação e segurança pública e educação. Muito obrigado, Sr. Secretário.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. RICARDO GOMES:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero saudar o Secretário Busatto pela sua presença, que é sempre importante para que nós possamos manter esse diálogo com relação às contas do Município, que, por mais que alguns achem que não, estão numa crise grande, um déficit importante, um buraco que V. Exa. tem que administrar, grave, sério, profundo.

Começo, Secretário, comentando esse déficit. Fico feliz que o déficit tenha se realizado, no ano de 2017, a menor do que previsto; obviamente isso não desfaz a dificuldade das contas do Município, que se faz perceber - ninguém esconde isso, o Prefeito e o Vice-Prefeito reconhecem - na situação da cidade, dos serviços públicos, da manutenção dos espaços públicos. Percebo, também, que apesar desse déficit, houve um aumento dos gastos em saúde e educação. Entendo que a Prefeitura priorizou esses dois setores e quis, ali, alocar uma parcela maior dos seus recursos; obviamente que isso, se retirado de outro lugar, poderia também ter diminuído o déficit, como mencionou o Ver. Camozzato, mas, ao fim e ao cabo, ao menos foram recursos que foram endereçados para áreas prioritárias.

Quero me debruçar também sobre o tema que o Ver. Adeli, o Ver. Valter e o Ver. Carús falaram: a dificuldade de Porto Alegre, bem como de outros tantos Municípios, de manter suas contas em equilíbrio, num arranjo constitucional, Ver. Mauro, que dá à União o controle do caixa e ao Município a obrigação de prestar os serviços - um desencontro entre as receitas dos tributos e a prestação do serviço que está no Município. Aliás, há uma frase do Gilberto Amado que dizia que a Constituição inventou um novo meio de homicídio, o homicídio por asfixia tributária, Secretário Busatto. São mais de 80 tributos na Constituição, uma insanidade para qualquer cidadão calculá-los e pagá-los. Mais grave que isso ou tão grave quanto isso é o fato de que esses tributos não estão nos locais onde os serviços são demandados, que é no Município. Talvez, ousaria a dizer, Ver. Mauro Pinheiro, que nós estamos assistindo aos estertores da Constituição de 1988. Esse arranjo institucional da Constituição de 1988 não para de pé. A relação entre os Poderes e entre os níveis da Federação não para de pé. Então acho que o Brasil precisa... E nós, Vereadores, temos um papel, assim como os Prefeitos, na discussão dessa repartição tributária e na discussão da repartição das competências; sim, somos uma verdadeira Federação - aqui o Vereador já citou os federalistas e outros modelos, como o modelo dos Estados Unidos, de Federação verdadeira.

Secretário Busatto, muitas vezes nos debruçamos aqui, nesta tribuna, sobre a diferença entre a avaliação que faz o Tribunal de Contas do Estado e a avaliação que faz a Secretaria do Tesouro Nacional. Dissemos, dezenas de vezes, nesta tribuna, que o Tribunal de Contas tem um critério de avaliação, e a Secretaria do Tesouro Nacional tem outro. Vários Vereadores tapam os olhos com a peneira e dizem que vale só um dos critérios. E nós dissemos: a avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional tem consequências, excedemos o limite de gastos com pessoal pela conta da Secretaria do



Tesouro Nacional, conta que não é do Município, é da Secretaria, foi posta aqui, mas alguns, mesmo vendo a realidade, preferem ignorar as suas consequências e dizem: “Não, nós temos dinheiro. O Lula é inocente...”. É isso aí. Além disso, Vereador, quero só pontuar e até mencionar que, assim como a Vereadora que veio à tribuna, todos nós elogiamos a qualidade dos técnicos da Secretaria, mas a Vereadora disse que não pode confiar na sua palavra com relação às contas. Ou ela acha que é o senhor que faz as contas e não os técnicos, ou ela acha, para concluir Presidente, que os técnicos não são tão bons como ela diz que são, ou ela acha que o senhor faz contabilidade criativa, que o senhor é da escola do Arno Augustin, Secretário do partido dela, que apesar do que as contas diziam, criavam uma narrativa diferente para contar para a população. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MAURO ZACHER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o debate é importante, Secretário; tenho acompanhado não somente as suas falas pela imprensa ou quando vem a esta Casa, mas também as do Prefeito Marchezan e de seu Vice, Gustavo Paim, que, repetidamente, quando vão à imprensa, reforçam, frisam e colocam que a situação do Município é muito ruim em relação às finanças públicas. E mais, passam para a opinião pública que, se esta Casa não fizer as reformas ou não aprovar os projetos, numa chantagem, Porto Alegre continuará na situação em que está. Tentando resumir aqui e traduzir o que o Governo profetiza diariamente é o seguinte: ou aprovam ou me permitem vender a Carris, ou me deixam aumentar o IPTU, ou me deixam ampliar a base de cobrança do ISS, e assim vão com outras medidas, ou a Cidade continuará como está: com o mato alto, com ruas esburacadas, com obras paradas, enfim, com essas demandas diárias que todos nós, Vereadores, recebemos diariamente daqueles que nos elegeram. Eu queria dizer, Secretário, que, para mim, a nova atitude na política, a nova atitude da gestão é, primeiro, saber ouvir, é saber construir consensos, é saber fazer, é saber respeitar na política que é tão exigida e tão cobrada nos tempos de hoje. O que nós estamos passando em Porto Alegre não é diferente do que outros prefeitos passaram. A Prefeitura não iniciou com o Prefeito Marchezan e, antes dele, passaram tantos outros prefeitos, e eu poderia citar tantos aqui, como o Brizola, o Olívio, o Fortunati, o Fogaça. Todos eles enfrentaram seus problemas, problemas atuais, do momento em que eles passaram pela Prefeitura. E todos eles buscaram, não só através do diálogo, na construção junto à Câmara, nas parcerias, soluções para que conseguissem enfrentar os momentos difíceis na história da nossa Cidade, Ver. Pujol - V. Exa. como um dos Vereadores mais antigos sabe do que eu estou falando. Eu estive no Executivo tanto com o Fogaça, como com o Fortunati, todos eles tiveram de administrar a escassez dos recursos e todos eles conseguiram fazer boas entregas à Cidade, manter recursos e trazer avanços.

Agora, se a Prefeitura, se o seu secretariado não tem a humildade de reconhecer, na história e por aqueles que passaram pelas prefeituras, soluções, que busque soluções nas outras prefeituras. E eu poderia citar aqui Canoas, não apenas o querido Jairo Jorge que está no nosso partido, como a Lei do Gatilho e outras todas que permitiram que as cidades aumentassem as suas arrecadações sem ter que taxar o cidadão.

Então, eu quero finalizar, porque o tempo é bastante curto, e dizer, Presidente Valter e Secretário da Fazenda, que não me deu a atenção que eu gostaria, que quando o Prefeito Marchezan fala publicamente que as mudanças não estão na Dona Maria e nem somente no seu João, estão nas mãos das elites, quero dizer que confio na tradição desta Cidade, que as mudanças e as soluções não podem ser de poucos para poucos, as mudanças desta Cidade serão feitas com muitos para todos. Então, eu quero ser parceiro das mudanças que o Governo queira trazer, e já fui parceiro de tantas, quando essas mudanças não tragam ao cidadão, ao empreendedor, ao investidor, o mais que o peso que nós já temos no nosso Estado. Não entreguemos aos ombros do cidadão desta Cidade essas mudanças que os liberais gostam de usar nesta tribuna para reforçar. Eu aqui cito exemplos de que é possível baixar impostos, fazer com que a economia aconteça para que possamos melhorar as finanças do nosso Município. Então, contem com o nosso partido, com a nossa bancada quando as soluções busquem esse caminho, de todos para todos, buscando não penalizar o cidadão da Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Sr. Leonardo Maranhão Busatto está com a palavra.

**O SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO:** Eu vou tentar ser breve, são muitos questionamentos. Agradeço também as perguntas e os questionamentos. Como são muitos, eu vou tentar resumir e pegar alguns pontos importantes.

Primeiro eu vou falar sobre a questão dos números, que são na maioria das vezes difíceis de compressão, mas acusar que os números são inflados ou que são irrealistas, é até um desrespeito aos servidores públicos municipais, porque todos os números são elaborados pela Contadoria-Geral do Município - não tem nenhum CC - por servidores que já estavam nas mesmas posições do Governo anterior e que montaram as apresentações, são dados contábeis que, inclusive, estão no Portal Transparência. Então, falar que os números são inflados, que não são aqueles, é um desrespeito até por quem defende o servidor público, como eu, que também sou servidor público. O fato de defender o servidor público não significa que não tenhamos que discutir o gasto de pessoal, não temos que discutir a meritocracia dentro do setor público. Como servidor público, vi muito colega meu que ganhava muito mais do que

eu, sem trabalhar. Os servidores públicos devem se rebelar contra isso. Isso acontece, não só no setor público, no setor privado também acontece. Os bons funcionários também têm que se rebelar contra os maus funcionários. Então, falar que os números não são reais é até um desrespeito aos servidores que os elaboraram. Sobre o critério do Tribunal de Contas, do STN, nem vou entrar nessa discussão novamente, inclusive deixei na apresentação um *link* do Tesouro Nacional. A gente pode espernear, chorar, gritar, mas o fato é que o Tesouro Nacional rebaixou a nota de Porto Alegre, estamos perdendo um empréstimo de 80 milhões de dólares para a educação, inclusive foi iniciada a negociação pela gestão anterior. E, diga-se de passagem, é realmente um projeto muito, muito interessante. O próprio empréstimo para o 4º Distrito que estava sendo negociado com o Banco Mundial, infelizmente, se nós não revertermos a nota, nós não poderemos mais contrair esse empréstimo. Então está lá, para qualquer um ver, não é uma invenção de números. Isso que não é considerado, dentro desse número, como o próprio Ver. Camozzato colocou, algumas despesas que poderiam ser consideradas, como o gasto com creches conveniadas e entidades assistenciais conveniadas que nós temos e não são servidores públicos, mas uma substituição do servidor público, como o gasto com a Carris, com a EPTC, com a Procempa, com o IMESF que também não estão nesses números e deveriam estar. Se somássemos todos os terceirizados que nós temos no Município e incluíssemos o gasto com pessoal, nós superaríamos os 60%. Então esse é um fato que a gente já discutiu, podemos nos aprofundar, gosto muito do tema. O Ver. Adeli Sell colocou aqui que seria o caso de aprofundarmos o debate, de trazermos especialistas aqui para não parecer que é uma questão política. A gente tem que tratar as finanças municipais, estaduais e federais sem ideologias e sem partidarismos. Eu acho que é uma questão muito importante.

Uma questão falada foi do pacto federativo, mas não vamos esquecer que esse modelo, esse pacto federativo passou por muitos partidos, quase todos os partidos aqui representados estiveram no Governo Federal nos últimos 20 anos, e o gasto com saúde dos SUS - é só olhar as transferências - não aumentou, muito pelo contrário, diminuiu, em termos reais, em todos os governos. Então não é uma questão do Governo atual ou do anterior, mas de todos os governos.

Uma questão que se debate muito é sobre as PPPs, conveniamentos, terceirizações. A lei nacional que regula as PPPs é de 2004, do Governo Lula, que regulamenta as Parcerias Público-Privadas. E a lei que criou o marco regulatório das organizações sociais, que é uma forma de terceirização muito bem-vinda, é de 2013, do Governo Dilma. Então vamos parar de ideologizar essa questão de PPP, as concessões, como se fosse uma coisa de direita ou de esquerda; isso é de todos. Tem que ser feitas PPPs e concessões naquilo que vai se prestar um melhor serviço para a população. Um dos maiores modelos de PPP foi criado nesta Cidade pelo Governo do PT, que foram as escolas conveniadas e as entidades assistenciais conveniadas, que é um grande modelo. Isso tem que se reconhecer, inclusive foi aprimorado, nós aumentamos o valor das creches conveniadas, e isso é uma parceria do público que faz um convênio com o privado para atender a rede municipal de educação. É muito mais barato. Por exemplo, o Auditório Araújo Vianna e o camelódromo são uma Parceria Público-Privada.

Alguém vai me dizer que o Auditório Araújo Vianna ou o camelódromo pioraram depois de ser feita a Parceria Público-Privada? Ou seja, tem que se discutir a Parceria Público-Privada como é a questão do DMAE, gestão de ativos, para que a gente possa realmente ter um saneamento melhor para a Cidade. Este é ponto principal: o esgoto tratado para a Cidade. Se o DMAE não tem dinheiro para fazer agora, por que ele não pode pegar um parceiro que aporte recursos e pague ao longo de 25 anos? Ou as pessoas têm que ficar mais 25 anos com água no joelho ou sem esgoto tratado? Esta é a discussão que tem que ser feita. De maneira técnica, desapaixonada, nós temos que evoluir.

Eu ouvi falar muito na questão do IPTU aqui. Ouvi falar que o contribuinte sempre vai pagar, que não pode aumentar impostos. Eu também concordo que não tem que aumentar impostos; agora, o IPTU de Porto Alegre, em que os mais pobres muitas vezes pagam mais que os mais ricos? Isso é justiça? Isso é aumentar tributo? Tem inúmeros casos. O contribuinte já está onerado, principalmente o mais pobre: aquele que vai ao posto de saúde e não tem atendimento; aquele que busca vaga na creche e não tem local; aquele que cai no buraco na rua; aquele que não consegue ter o atendimento da assistência social - este é o mais prejudicado. Nós temos que discutir isso, sim. Nós temos que discutir, porque não é possível que São Paulo, que foi dito aqui que não reajustou inflação... Reajustou sim: fez dois aumentos de IPTU nos últimos dez anos; aí é muito fácil o Prefeito atual não aumentar, porque os dois anteriores, o Prefeito Fernando Haddad e o Prefeito Gilberto Kassab aumentaram, fizeram reajuste da Planta do IPTU, assim como o Prefeito Marcelo Crivella fez no Rio de Janeiro. Foi dito, inclusive, por um Vereador, aqui, em relação a isso aqui... O Prefeito ACM Neto, que é do Democratas, fez uma das maiores revisão de Planta de Valores, que foi a de Salvador, ou seja, não é uma questão político-partidária, não é uma questão de tributar mais o contribuinte, é uma questão de justiça para uma cidade. Acho que este é um ponto. Eu saúdo aqui o Ver. Mauro na sua disposição de também discutir na Câmara, e saúdo também o Presidente Valter Nagelstein, porque este debate tem que ser feito, porque este debate não é do Governo, é um debate para a Cidade, porque este impacto vai ser daqui a dois, três, quatro, cinco, dez anos.

Outra coisa que eu ouvi aqui, rapidamente, sobre os CCs: ouvi muita gente criticando os CCs - tem CC bom e tem CC ruim, assim como tem servidor bom e tem servidor ruim. Não se faz governo sem CC, mas não pode ter muito CC; agora, quem defende tanto o servidor e combate os CCs, eu faço uma proposta aos Vereadores: estabeleçam uma regra no seu gabinete para que não tenha CC, somente servidores de carreira, concursados da Câmara. Certamente os servidores da Câmara que estão aqui vão gostar. Então, vamos parar de demonizar e fazer este debate ideológico de CC e não CC, porque tem CC bom e CC ruim. Nós cortamos 40 milhões de CC. Eu sou servidor público e respeito muito o servidor público, mas só que esta discussão não dá para ser de caráter político-partidário, tem que ser séria.

Quanto à questão de transparência, o Tribunal de Contas foi atrás dos números e comprovou, através de um relatório de inspeção especial, que não havia recursos para pagar os salários dos servidores, que não é opção; é falta de dinheiro.

Nunca houve tanta abertura para o Tribunal de Contas, inclusive tem toda a relação do Tribunal de Contas quanto agora, para qualquer dado, qualquer informação. O Tribunal de Contas estava lá, semanalmente, na sala da Secretaria da Fazenda, coisa que nunca aconteceu! E se dizer que não tem transparência? Aí é tentar divergir da realidade!

Então, os números estão aqui e eu, até pelo meu perfil, me proponho, eventualmente, a discutir aqui novamente ou na CEFOR, num ambiente mais adequado, sobre a questão das finanças públicas federais, estaduais. Realmente nós precisamos discutir o modelo federativo, eu acho que foi um consenso que se colocou aqui. Os dados de economia e os dados de receita estão aqui na apresentação, isso está à disposição, Presidente, para todos os Vereadores que quiserem ter mais detalhes. Na terça-feira que vem estaremos, a convite do Presidente João Carlos Nedel, na CEFOR, para apresentar o relatório quadrimestral, vamos detalhar um pouco mais as questões. Mas eu acho que o ponto principal aqui é o fato de dar transparência aos números, de poder debater as questões da Cidade. E, sim, eu acho que para 2018, enfrentar as discussões, votar, discutir, receber propostas e alternativas para que possamos ter - não é só uma questão de governo - uma cidade mais próspera, que atenda àquele mais humilde, àquele que mais necessita, porque aquele da classe média alta, aquele rico não precisa de segurança pública muitas vezes, porque tem vigilância privada no seu apartamento, na sua casa; ou aquele que tem plano de saúde não precisa do SUS; ou aquele que tem escola privada, universidade privada não precisa da escola municipal. Mas aquele que não tem, classe média baixa, os mais pobres, esses, sim, precisam do Estado, e é para esse que nós temos que olhar. Então, encerro a minha fala, mais uma vez, agradecendo o convite da Câmara de Vereadores. Sempre que houver convite, aqui estarei à disposição. Se quiserem aprofundar, como o próprio Ver. Adeli Sell colocou, no debate na CEFOR ou em outros lugares, também estou à disposição. Acho que esse tema é fundamental e até acho que a gente discute pouco no Brasil. Discute-se muito apaixonadamente, mas pouco racionalmente. Nós precisamos achar um pacto, um denominador comum, não só para a Cidade, como também para o Estado, que está aí caindo os pedaços nas suas finanças, e também para o Brasil também, que é o papel de todo cidadão brasileiro, gaúcho, porto-alegrense. Mais uma vez, agradeço à Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido ao nobre Secretário. Secretário Busatto, nós fomos impactados há pouco com a informação de que não teremos mais carnaval no Complexo Cultural do Porto Seco. Pela primeira vez na história de Porto Alegre não teremos o carnaval. E o povo carnavalesco, milhares, milhares e milhares de pessoas que só têm esse divertimento em Porto Alegre estão em uma revolta e tomaram conta das redes sociais. É o maior espetáculo da cultura popular, é o maior teatro a céu aberto que nós temos. Nós votamos aqui, Sr. Secretário, o orçamento para 2018. Eu apresentei uma emenda tirando do contingenciamento, podia contingenciar R\$ 62 milhões e foram contingenciados R\$ 65

milhões. Desses R\$ 3 milhões que saíram, eu fiz uma emenda de R\$ 1 milhão para cumprir a lei Dilamar Machado, que determina que a Prefeitura tem que dar estrutura para o desfile do carnaval. E foi vetada essa emenda. Então eu queria pedir a sua interferência, se o senhor pudesse fazer isso, junto ao Sr. Prefeito, porque nós vamos votar aqui o veto a essa emenda. E nós não teremos carnaval justamente porque o pessoal não conseguiu o patrocínio para poder montar as estruturas. Os senhores têm razão na questão dos cachês em função da crise, mas na questão da estrutura, tem essa lei para ser cumprida, tem o dinheiro do contingenciamento. Se o senhor puder ajudar, falando com o Sr. Prefeito, nós todos aqui ficamos muito agradecidos. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Coloco sempre esta Câmara à disposição, salientando a importância dos secretários virem até esta Câmara para poderem passar com máxima transparência os acontecimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Agradecemos a presença do Sr. Leonardo Maranhão Busatto, Secretário Municipal da Fazenda. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h21min.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 16h22min):** Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu quero falar sobre o tema da questão de ordem do Ver. Bosco, mas sem deixar de aproveitar, antes, a presença do Secretário, pois eu não costumo falar pelas costas, costumo falar pela frente. Acho que é uma lástima que o Secretário, ao responder críticas com dados e embasamento, inclusive, retirados do Portal Transparência e do Tribunal de Contas do Estado, comporte-se de uma maneira, no mínimo, desrespeitosa com quem tece críticas à administração. Secretário, vocês têm dito, e sua apresentação mostrava, que 30% dos cargos em comissão foram cortados. É mentira. Hoje, Porto Alegre tem 787 cargos em comissão. Nós não demonizamos CCs. Nós dizemos que boa parte dos CCS podem ser cortados. O Programa da Luciana previa cortar 70%, o programa do Governo que o Senhor defende previa cortar 30% e não cumpriu. É uma mentira, assim como, quando na Restinga, o Marchezan dizia que iria financiar o carnaval, e, hoje, pela primeira vez na história, Porto Alegre não terá desfile na avenida. Então, quem está falando a verdade? São as promessas que vocês fizeram na campanha, e o Senhor usa esses dados que não são verdadeiros aqui na tribuna. O Secretário falou que devemos começar fazendo o dever de casa aqui na Câmara de Vereadores. Embora eu ache que é incomparável ter seis cargos em comissão para atividades de fiscalização, pois nós não gerimos recursos públicos e nem prestamos o serviço final, eu aceitaria o seu desafio Secretário se o Governo cedesse os servidores de carreira que nós pedimos e que,

muitas vezes, poderiam nos assessorar. Eu teria muito orgulho de ser assessorada pelos servidores de carreira. Aliás, muitos me ajudam de graça, ajudam por que acreditam numa nova forma de fazer política, por que ouço os trabalhadores. Muitos não devem ajudar seu Governo, por que vocês só falam mal do servidor, que ele é vagabundo, que não sei o que mais.

O Secretário teve a petulância de dizer que têm muitos servidores que ganham muito em relação ao que trabalham - conheço muitos servidores qualificados, é a ampla maioria, não entrando no mérito individual - e que no serviço público ele já encontrou muitas pessoas que haviam esse recurso. Eu acho difícil ter, Secretário, no serviço público, pessoas que ganham mais que o teto, como o senhor. São poucos que ganham, e inclusive esta Câmara votou um duplo salário para a Secretaria da Fazenda em tempos de crise econômica, o que eu acho um escândalo. Eu, obviamente, votei contra, então se é para não fazer demagogia e fazer o dever de casa, sugeriria ao Secretário que cortasse um dos seus salários para ajudar a combater a crise econômica em que vive o Município neste momento. E por fim esta questão do Tesouro que o Ricardo Gomes respondeu, embora tenhamos diferenças, de fato existe uma incongruência dos dados, está todos os dias no noticiário, nos jornais, que o que vale é o que o Tribunal de Contas do Estado fala do endividamento do Município e do Estado. O Sartori, inclusive, Ver. Mauro, felizmente, não conseguirá aderir ao Programa de Recuperação Fiscal, que é um programa muito ruim, por conta desses dados que são maquiados pelo Governo e endossados, talvez, pela Secretaria do Tesouro Nacional. O Tribunal de Contas fala, assim como fala que não tem acesso aos dados, assim como o Tribunal de Contas fala que está tendo dificuldade com a Prefeitura para acessar os dados do Município. Sobre o camelódromo, eu sugiro que se veja então um grande modelo de Parceria Público-Privada, pois 90% dos camelôs saíram de lá porque não conseguiram pagar os altos aluguéis. Acho que é preciso conhecer a Cidade antes de falar coisas que não são verdadeiras.

Por fim, sobre o Carnaval, Ver. Bosco, acho que é muito grave o que estamos vendo. Quero concordar com o Requerimento que o senhor fez, mas sem muitas ilusões neste Governo, que vetou uma emenda em dois projetos, vetaram recursos no que diz respeito à manutenção do Porto Seco e chegou neste grau que é um grau muito grave que nunca na história deste Município ocorreu, que é não ter um desfile popular, que é não ter um desfile no Porto Seco, que é as escolas não poderem colocar o samba que construíram na avenida, junto com a comunidade, que faz circular a economia dos locais, e ao mesmo tempo garante a manutenção da cultura popular. Eu diria que o Governo é um misto de descaso, desleixo, abandono, desrespeito com a cultura popular, e se é para fazer desafios, eu desafio a cortar dez cargos em Comissão, que garante a verba de um milhão para financiar o carnaval este ano. Dez cargos em comissão! Não estamos dando soluções difíceis para enfrentar a crise, que é combater a sonegação, taxar os ricos, cortar verbas desnecessárias, inclusive penduricalhos e altos salários de Secretários para garantir aquilo que é importante para a população.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder...

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em nome da nossa bancada, do nosso Líder, Oliboni, dos Vereadores Sgarbossa, Sofia e em meu nome, quero dizer que é escandaloso abrir as mídias e ver a manchete: “Desfiles das escolas de samba no Porto Seco são canceladas.” Que cidade é esta? A cidade que se construiu na beira do lago, que construiu parques. Inclusive, quero falar para a bancada do PP: o Villela foi um dos Prefeitos que construiu belos parques! Por exemplo, o Marinha do Brasil. Não temos mais o carnaval na Perimetral, com arquibancadas organizadas; não temos mais o carnaval na Av. Augusto de Carvalho, com arquibancadas organizadas, com trincheiras, com arrumação, segurança. Éramos para ter o carnaval no Porto Seco, onde foi gasto dinheiro! Não dar continuidade, é jogar dinheiro pelo ladrão! A Cidade está a Bangu, não tem Governo! Nós queremos ajudar, vocês vão ouvir o nosso discurso! Eu fiz a pergunta: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quem é contra dar um aval ao Secretário capitanear uma luta nacional por novo pacto federativo? Todos concordaram! Pois eu vou escrever um manifesto, e nós vamos entregar para o Sr. Secretário Municipal. O Prefeito está ausente, mas o Secretário da Fazenda vem aqui discutir, levantou temas importantes e a nossa Bancada quer discuti-los.

Nós temos fotos do Triângulo: vocês se deram conta que aquela obra feita, com a tormenta que teve, está toda destelhada, toda furada e que as pessoas não têm abrigo? Vocês se deram conta que as paradas de ônibus estão com matagal na frente, como mostrei hoje na Internet? A Cidade está a Bangu! Nós não podemos aceitar esse estado de coisas! O Prefeito tem que sair do Facebook e ir para a rua! Menos Face e mais rua.

Nós precisamos discutir a situação dos moradores de rua. Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, fiquei sabendo hoje que têm algumas luzes no horizonte. Parece que elas vêm de onde não poderia nem deveria chegar, mas eu estou atento, e nós vamos colaborar. Se nós pudermos entrar no facho dessa luz e ajudar, nós vamos ajudar, porque o caos não interessa para a oposição, o caos não interessa para quem é do Governo, nem para quem é independente. O caos não interessa para ninguém. Agora, a situação da Cidade Baixa é inaceitável. Não é só a questão do carnaval, é que tem problemas históricos que aumentaram agora. Nós estamos tendo afronta a toda ordem pública, nós estamos vendo crianças, jovens se embebedando em plena luz do dia, até 5 ou 6 da manhã! Ruas são tomadas. Quando fui Secretário da SMIC, a mesma situação era no Bom Fim. Ou vocês acham que aquela feirinha lá na frente do mercado surgiu por quê? Estava na praça, não era legal, tinha problemas, nós colocamos lá. Os Secretários têm que estar na rua! Aqui tem vários ex-Secretários. Como é que se fazia limpeza na Cidade, Carús? Quantas madrugadas você foi lá ver, fiscalizar os caminhões, para ver se funcionavam ou não? Não era assim que acontecia? Eu, na SMIC, lembro: 4 da manhã, ali na entrada da Cidade, os ônibus do Paraguai. Na fonte, na origem! De vez em quando, eu vejo, na Internet, os caras vociferando contra mim. Eu vou verificar: pirateiro, contrabandista,



ladrão. Claro, eu combati isso! Assim continuamos nós. Não tem desfile das escolas de samba no Porto Seco, porque foram cancelados. Mas eu digo: com ou sem dinheiro, faremos um carnaval. E agora é conosco: em 2019, nós vamos tomar a frente! A sociedade civil. Não tem Governo, nós vamos fazer o que eu citei antes. Como é que começou a construção do estado americano? Com os federalistas dizendo: “Nós reunimos 13 colônias, vamos ter autonomia, vamos ter uma confederação e vamos fazer chover”. Nós vamos fazer chover aqui, não como hoje, de cima para baixo, mas de baixo para cima. Viva Porto Alegre! Não nos entreguem!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero aqui, em nome do PSOL e do PT, seguir no tema da discussão de finanças que aqui aconteceu, entrando num aspecto fundamental, o da transparência. O Secretário Busatto, ao responder aos nossos questionamentos, não respondeu por que não abre o sigilo das receitas ao Tribunal de Contas – não respondeu! Apenas reafirmou os dados que estão no *site* Transparência, que são feitos por funcionários públicos, como eu, e acreditem e não desprestigiem. Senhores, o Tribunal de Contas nos informou que a Secretaria da Fazenda mantém sigilo, e por que será que mantém sigilo sobre a receita? Porque está respondendo, sim, à Justiça, que determinou pagar em dia, por vários meses a Prefeitura de Porto Alegre terá que responder e pagar multa pelo parcelamento de salário que praticou. E se aparecerem os números verdadeiros, essas multas serão confirmadas, provavelmente. Mais, a Prefeitura parcelou o 13º salário e não deixou o Tribunal de Contas saber se no dia 20 de dezembro de 2017 havia dinheiro em caixa, sim ou não, para pagar o 13º salário integral. Isso é muito grave, é extremamente grave, porque se ficar comprovado que a Prefeitura descumpe sistematicamente decisão judicial mantida até agora, o Prefeito poderá responder por crime de responsabilidade, e aí o Secretário continua afirmando que toda a transparência que tem é a que está no *site* da Transparência, e esse *site* está questionado pelo Tribunal de Contas. Realmente, é muito perigosa a trajetória que faz o Secretário de Finanças e o Prefeito Marchezan, que continua se queixando da Câmara Municipal. Ele falou ontem, ao anunciar a retomada das obras, que o problema é a Câmara, que não vota, que não resolve. E nós estamos afirmando que o caminho que o Prefeito escolheu para resolver o problema da despesa está empurrando mais e mais funcionários para a aposentadoria, aumentando, portanto, a tal da conta que ele diz que é a pior conta que tem, que é do regime de repartição simples, que é a da aposentadoria. O nosso substitutivo, que começa a tramitar, faz exatamente o inverso em relação ao PLCE nº 011/17, é um substitutivo assinado por vários Vereadores da oposição, mais os independentes, que propõe um estímulo para os funcionários não abandonarem a carreira, Ver. Nedel, a continuarem por mais alguns anos, no melhor momento da

produtividade, da qualidade, que é o que nós precisamos. Essas obras da Copa, por exemplo, se os funcionários municipais não fiscalizarem esse novo momento, nós não tivermos condições com funcionários, técnicos, engenheiros, arquitetos, de fiscalizar, nós teremos muitos problemas. Quem vem aqui e faz apologia à iniciativa privada, Ver. Oliboni, tem que vir aqui reconhecer que a iniciativa privada errou, fez errado em todas essas obras, fez errado nas creches comunitárias, nas escolas infantis; a da Restinga parou totalmente, a escola da Zona Norte foi destruída, demolida, porque a empresa privada parou de construir, porque a relação da empresa privada com o Governo é a seguinte: enquanto ela tem lucro, ela faz; quando ela achar que começou a perder, ela para e dá no pé, para a obra. Então, essa apologia de que PPP, que empresa privada é melhor, é um equívoco, é um escândalo, porque está cheio de obra privada parada.

O Centro de Artes e Esportes Unificados - CÉUS da Lomba do Pinheiro, que uma empresa privada estava construindo, teve sua obra parada porque a empresa estava discutindo os valores com a Prefeitura, e a Prefeitura, de forma desastrosa e irresponsável, no final, quando a empresa abandonou a obra, abandonou os R\$ 2 milhões investidos no CEUs da Lomba do Pinheiro, que está lá, depredado, não tem mais uma esquadria, não tem mais um vidro, não tem mais um fio elétrico, não tem mais tudo que foi colocado pela empresa.

Então, essa relação de apologia é equivocada, e os exemplos dados aqui são exemplos de que nós temos questionamentos, sim. A Fernanda já começou e eu quero incluir: o Auditório Araújo Vianna está bem, mas deixou de ser um auditório popular, ele é caro, é caríssimo. A empresa privada, quando faz bem para si e para o seu lucro, ela faz bem, e mesmo assim quebra. Então, nós queremos um auditório, como o Teatro Glênio Peres, que é público e oferece belas peças. O Presidente Valter disse que vai incrementar e aumentar este ano; eu fico muito contente. Então, enquanto Câmara, nós queremos colaborar. E quero aqui referendar o que disse o Vereador-Presidente. A nossa bancada tem certeza que a bancada do PSOL não se nega a fazer um bom debate desde que a sociedade tenha transparência e possa enxergar, de fato, as consequências da alteração do IPTU. Estamos disponíveis a fazer. Para colaborar, nós estamos juntos; para expulsar funcionário, oprimir funcionário, não.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 16h42min):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 2063/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 008/17**, de autoria do Governo Municipal, que altera os arts. 39, 40 e 41 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **(Alteração/prazo/forma/pagamento/remuneração e subsídio de servidores, proventos de aposentadorias e pensões municipais.)**

**PROC. Nº 2676/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 295/17**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni e outros, que institui a Política Municipal de Incentivo às Mídias Alternativas, Comunitárias e Digitais.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h44min.)

\* \* \* \* \*